



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

PROCESSO 2025-KJT7G

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ID CiudadES: 2026.071E0700001.01.0016

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de mudas de plantas ornamentais, árvores nativas, insumos agrícolas (como substratos, adubos, corretivos, fertilizantes, entre outros) e grama tipo esmeralda (Zoysia japonica), destinados a atender às necessidades do Município de Vargem Alta/ES.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Plataforma Portal de Compras Públicas -
www.portaldecompraspublicas.com.br

DATA DE INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/05/2026 às 08:00h

DATA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO: 21/05/2026 às 23:59h

DATA FINAL DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/05/2026 às 12:30h

ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA: 26/05/2026 às 13:00h

MODO DE DISPUTA: Aberto

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES

Telefone: (28) 99942-6643

E-mail: contratovargemalta@gmail.com

Editais e demais informações complementares também disponíveis na página do município -
www.vargemalta.es.gov.br

| Paço Administrativo João Bosco Dias |
CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

A Prefeitura Municipal de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº 31.723.570/0001-33, sediado na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro, Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio do Pregoeiro Caio Roppe da Silva, nomeado pela Portaria nº 020/2026 junto com a equipe de apoio de licitação, nomeado pela Portaria nº 040/2026, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item para aquisição do bem especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei 14.133, de 2021, Lei 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal Nº 701/07 e suas alterações, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela plataforma Portal de Compras Públicas, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito Municipal e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.vargemalta.es.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de mudas de plantas ornamentais, árvores nativas, insumos agrícolas (como substratos, adubos, corretivos, fertilizantes, entre outros) e grama tipo esmeralda (*Zoysia japonica*), destinados a atender às necessidades do Município de Vargem Alta/ES, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela constante do termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, considerado o menor dispêndio para a administração, nos termos do art. 34 da lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

| Paço Administrativo João Bosco Dias |
CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. O Valor estimado desta licitação é de **R\$ 468.814,80 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta centavos)**.

2.2. As despesas decorrentes da aquisição/execução do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no seguinte orçamento:

Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

Órgão: 160 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 100 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Programa: 160100.1545100272.191 - Implantação e revitalização de ruas, avenidas, praças e áreas e verdes.
Elemento de Despesa: 44903000000
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 577

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Programa: 100100.1369500242.071 - Manutenção das atividades do departamento de turismo
Elemento de despesa: 33903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos
Ficha: 427

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão: 120 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Programa: 120100.1854200292.085 - Manut. das atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Elemento de despesa: 339030 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 458

Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Programa: 100100.1381300241.074 - Construção, Ampliação e Reformas de Quadras Poliesportivas e Estádios.
Elemento de despesa: 44903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 446



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

2.3 A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, **mediante documento formalizado apresentado preferencialmente, por forma eletrônica no sistema provedor indicado neste edital, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Poderá ainda, ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail contratovargemalta@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada via E-Docs.**

3.1.1 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

3.1.2 Não serão conhecidas as impugnações efetuadas por meio diverso do que o estabelecido no item 3.1 deste edital

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.

3.3. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

3.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.5. O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo Portal no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

3.6. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

3.7. Conforme preceitua o art. 174, inc. I da Lei nº 14.133/2021, todos os prazos serão computados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, **de forma automática pelo sistema provedor.**

A petição de impugnação apresentada deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Portal: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

4.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

4.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Pregoeiro, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6. O Pregão será conduzido pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta-ES com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.6. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

5.4. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

5.4.1. Servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Vargem Alta/ES;

5.4.2. O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica.

5.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, e 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.4.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

5.4.5. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.4.6. As sociedades empresárias:

5.4.6.1. que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

5.4.6.2. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.6.3. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

5.4.6.4. que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

5.4.6.5. estrangeiras que não funcionem no país;

5.5. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

5.6. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

5.7. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa), TCU (lista de inidôneos), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA:

6.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.3.2. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações online**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

6.7.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

6.7.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.7.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

6.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 16** deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, cujas atribuições estão definidas na IN SCL 002/2023, aprovada pelo Decreto Municipal nº 4909, de 14 de março de 2023, que atuará mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no seguinte endereço eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.2.1. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7.3. A operacionalidade do Sistema se fará por meio do Portal: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, junto ao qual as Licitantes deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3.1. O Portal de Compras Públicas se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

7.3.1.1. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Portal de Compra Públicas, nos veículos oficiais e no sítio oficial do município.

7.3.1.2. Todos os prazos serão contados a partir das publicações no Portal de Compras Públicas, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

7.4. A participação na licitação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

do representante credenciado junto ao <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

7.5. O encaminhamento da PROPOSTA pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

7.6. Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

7.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do certame Eletrônico será suspensa e terá reinício, com o aproveitamento dos atos anteriormente praticados, somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

7.9. Quando a desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 minutos, não se retomar, em prazo razoável, o processo de formulação de lances, a sessão do certame Eletrônico será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

7.10. No caso de desconexão, cada Licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

7.11. A abertura da sessão pública deste certame Eletrônico, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

7.12. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

7.13. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.14. Somente os Licitantes com propostas cadastradas participarão da fase de lances.

7.15. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real pelas Licitantes.

7.16. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

7.17. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.18. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.19. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.23. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.24. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.26. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.26.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

7.26.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.27. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.28. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.29. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

7.29.1. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

7.30. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

8.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado e justificado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

8.2.2. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ;
- b) O preço **unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A **descrição do serviço/objeto cotado** de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta **não inferior a 90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua apresentação;
- e) Conter **prazo de entrega/execução do(s) objeto/serviços conforme descrito no Anexo I**, contados da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento;
- g) Assinatura.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. O não envio da proposta ajustada com todos os requisitos ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

o licitante.

8.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

8.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

8.6.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

8.8. O Pregoeiro poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender à exigência do edital.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. O local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, está prevista no Termo de Referência.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

Referência.

8.17. Caso a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, caso a licitação possua itens com reserva de lote para ME/EPP.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada exclusivamente por meio do sistema eletrônico – <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e **somente pelo licitante vencedor**, nos termos do Art. 63, II da Lei 14.133/2021.

9.1.1. Após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, a empresa arrematante deverá apresentar os documentos de habilitação no **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período:**

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, através do chat do Portal de Compras Públicas durante a vigência do prazo; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

9.1.2. O Agente de Contratação verificará mediante consulta “online” nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos oficiais, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.2.2 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU – (<https://contas.tcu.gov.br>);

9.1.2.3 Existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

9.1.4 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.1.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório ou por servidor da administração.

9.1.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.1.8 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.1.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.1.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.1.11 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.1.12 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.1.13 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.1.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

9.1.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.1.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.1.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.1.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.1.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.1.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.2. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.2.6 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

9.3.1.1 Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.3.1.2 Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

9.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.2 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Exigências de qualificação técnica:

Para Herbicidas:

Apresentação de registro no Mapa, à saber:

ITEM	DESCRIÇÃO
33	Herbicidas Folha Estreita - Galão de 05 L
34	Herbicidas Folhas Largas - Galão de 20 L

Cadastro Técnico Federal da empresa fornecedora para atividades potencialmente poluidoras (CTF/APP) do Ibama.

Anexar Bula do Herbicida junto a embalagem para fins de comprovação de registro na Anvisa.

a) **Para itens de Insumos Agrícolas (Adubos químicos, substratos):** Apresentação de registro no Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

b) **Para Herbicidas:** Apresentação de registro no Mapa, Anvisa e Ibama caso seja aplicável.

9.6 OUTROS DOCUMENTOS

9.6.1 Declaração Unificada (ANEXO III).

9.6.2 O documento hábil para comprovação da condição de micro ou pequena empresa será a **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, expedida no ano em curso, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio e a **Declaração de enquadramento da licitante** como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual - MEI apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006, bem como suas alterações – **Anexo IV**;

9.6.3 A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

9.6.4 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. O Agente de Contratação poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.7 ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

| Paço Administrativo João Bosco Dias |
CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

9.7.1 Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até **02 (duas) horas**, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

9.7.2 Quando requerido pelo pregoeiro os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da Prefeitura Municipal de Vargem Alta-ES, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico.

9.7.3 Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.7.4 As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias Antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.

9.7.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

9.7.7 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7.8 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9.7.9 Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

10.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

10.2.2 Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.3 O inteiro teor do processo está disponível através do processo eletrônico nº **2025-KJT7G**.

10.3 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

10.3.1 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios.

10.4 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Chefe do Executivo Municipal para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados via **E-Docs**.

10.7 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

11.1 O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Chefe do Executivo Municipal.

11.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

12.1 Em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Minuta anexa a este Edital, ou emitido instrumento equivalente.

12.2 O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

12.3 O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do envio via e-mail.

12.3.1 O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta-ES.

12.3.2 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

12.4 Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.5 O Termo de contrato Anexo deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias.

12.6 O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

12.7 Será designado um Fiscal (**Titular e Suplente**) para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas nos termos da Lei em seu art. 117 da Lei 14.133/2021.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

13.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, diretas ou indiretas, decorrentes da prestação dos serviços.

13.3 Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste edital.

13.4 Comprovar, quando solicitado, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados, relativos à prestação dos serviços relacionados com o objeto contratado.

13.5 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

13.6 Ao fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

13.7 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto/execução do serviço objeto do edital;

13.8 Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

13.9 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto/execução do serviço;

13.10 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

13.11 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem previa autorização da contratante;

13.12 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

13.13 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

13.14 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

13.15 Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

13.16 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

13.17 **Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes nos Termos do presente edital.**

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1 Indicar o Fiscal (**Titular e suplente**) do Contrato, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

14.2 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

14.3 Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

14.4 Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço prestado.

14.5 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer, débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

14.6 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue/executado;

14.7 Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

14.8 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

14.9 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

14.10 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.11 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

14.12 Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

14.13 Demais condições constantes do edital de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

15 DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado pela pasta solicitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2 As regras de fiscalização, recebimento, atesto e pagamento estão definidas na minuta contratual, Anexo V deste Edital, ou no instrumento equivalente.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, a licitante ou contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.1.1 A licitante ou a contratada ficará sujeita as penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, que serão aplicadas a exclusivo critério da Administração, quantificados os danos ao município.

16.1.2 No tocante à multa esta será imposta conforme descrito nos subitens seguintes, resguardado o contraditório e a ampla defesa:

16.1.2.1 Pela infração prevista na alínea “a” do item 16.1, será aplicada:

- 16.1.2.1.1 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 90% e menor que 100%;
- 16.1.2.1.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 80% e menor que 90%;
- 16.1.2.1.3 Multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 70% e menor que 80%;
- 16.1.2.1.4 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 60% e menor que 70%;
- 16.1.2.1.5 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução menor que 60%.

16.1.2.2 Pela infração prevista na alínea “b” do item 16. 1, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

16.1.2.3 Pela infração prevista na alínea “c” do item 16.1, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

- 16.1.2.4 Pela infração prevista na alínea “f” do item 16.1, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado;
- 16.1.2.5 Pela infração prevista na alínea “g” do item 16.1, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor contratado por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);
- 16.1.3 Pela infração prevista nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 16.1, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 16.1.4 Os valores das multas serão sempre atualizados até o mês da aplicação das mesmas utilizando IPCA-E como índice das penalidades previstas.
- 16.1.5 As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à contratada serão deduzidas dos pagamentos efetuados.
- 16.1.6 Não havendo pagamento a fazer à Contratada, serão as multas e outros débitos descontados na garantia prestada para a execução do contrato. Caso o valor da garantia não seja suficiente para o devido pagamento, a dívida restante será inscrita na Dívida Ativa para cobrança executiva, ficando a empresa suspensa de participar de quaisquer outras licitações promovidas pela Prefeitura enquanto não quitada a dívida.
- 16.1.7 Em caso de revisão unilateral do contrato por culpa da contratada, nas hipóteses previstas nos incisos I a X do Art. 155 da Lei 14.133/2021, poderá a contratada em benefício da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, a garantia prestada, sem direito a reclamação ou qualquer indenização e sem prejuízo das demais penalidades, inclusive as multas previstas neste edital.
- 16.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.3 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência de infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.5 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 16.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 16.7 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

16.8 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.9 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 A administração pública municipal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.1.1 A anulação do pregão induz à do contrato.

17.1.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.2 É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Vargem Alta- ES.

17.4 O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

17.7 A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

17.8 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

17.8.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.9 O foro da cidade de Vargem Alta-ES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

17.10 Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico contratovargemalta@gmail.com, ou através do telefone (28) 99942-6643.

17.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página www.vargemalta.es.gov.br

17.12 O inteiro teor do processo está disponível via **E-Docs** através do processo eletrônico nº **2025-KJT7G**.

17.13 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18 ANEXOS:

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;

18.1.2 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

18.1.3 ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada;

18.1.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento;

18.1.5 ANEXO V – Minuta de Contrato

18.1.6 ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar

Vargem Alta/ES, 11 de maio de 2026.

Assinatura da autoridade competente

| Paço Administrativo João Bosco Dias |
CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
- SEMUB

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade de licitação:

- ☐ Dispensa
- ☒ Pregão Eletrônico
- ☐ Inexigibilidade

Tipo:

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item
- ☐ Menor preço por lote

Tipo de Contratação:

- ☒ Bens
- ☐ Serviços

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de mudas de plantas ornamentais, árvores nativas, insumos agrícolas (como substratos, adubos, corretivos, fertilizantes, entre outros) e grama tipo esmeralda (*Zoysia japonica*) na modalidade Pregão Eletrônico, destinados a atender às necessidades do Município de Vargem Alta/ES, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste termo de Referência e demais anexos.

1.1 DA NATUREZA DO OBJETO: O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação ora proposta visa atender a demanda contínua do Município de Vargem Alta/ES por mudas de plantas, insumos agrícolas e grama tipo esmeralda, fundamentais para a execução de ações de arborização urbana, recuperação de áreas degradadas, paisagismo de praças, vias públicas e prédios públicos, bem como apoio a projetos de educação ambiental, sustentabilidade e embelezamento dos espaços urbanos e rurais.

A disponibilização regular desses materiais é essencial para a manutenção e ampliação das áreas verdes do município, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, redução das ilhas de calor, controle da erosão do solo, aumento da biodiversidade urbana e valorização dos espaços públicos.

Esta contratação é justificada pela necessidade contínua da Secretaria de Obras (SEMUB) em realizar projetos de paisagismo, arborização urbana e valorização dos espaços públicos, essenciais para a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico, visa garantir a máxima economicidade, competitividade e eficiência ao vincular o pagamento apenas às quantidades efetivamente requisitadas, prevenindo o desperdício de recursos.

3. QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Planilha de Custo/Mapa de Pesquisa de Preços e Orçamentos

EXCLUSIVO PARTICIPAÇÃO ME/EPP

CAT MAT	Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade fornec.	Quant. Máx.	Valor unitário Média (R\$)	Valor média total (R\$)
619105	1	Muda de Abacaxi Roxo - mudas com altura mínima de 10cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA SPADOTHEA)	UN	600	R\$ 7,78	R\$ 4.668,00
-	2	Muda de Sálvia roxa - com altura mínima de 15 cm, em sacola plástica. (PURPLE SÁLVIA FARINÁCEA)	UN	600	R\$ 4,48	R\$ 2.688,00
609178	3	Muda de CICA - mudas com altura mínima de 50 cm em sacola plástica. (CYCAS REVOLUTA)	UN	100	R\$ 65,68	R\$ 6.568,00
610091	4	Muda de Trapoeraba Roxa - mudas com altura mínima de 15 cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA PALLIDA PURPUREA)	UN	600	R\$ 7,50	R\$ 4.500,00
-	5	Muda de lavanda - com altura mínima de 15 cm em sacola plástica. (LAVANDULA ANGUSTIFOLIA)	UN	1000	R\$ 4,18	R\$ 4.180,00
624878	6	Muda de Capim do Texas Rubro -mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (PENNISETUM SETACEUM	UN	100	R\$ 13,94	R\$ 1.394,00

		RUBRUM)				
624878	7	Muda de Capim do Texas Verde -mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (PENNISETUM SETACEUM)	UN	100	R\$ 11,38	R\$ 1.138,00
-	8	Muda de Capim dos Pampas - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (CORTADERIA SELLOANA)	UN	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
602769	9	Muda de Lambari - mudas com altura mínima de 10 cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA ZEBRINA)	UN	500	R\$ 4,16	R\$ 2.080,00
-	10	Muda de Tuia Holandesa - mudas com altura mínima de 70 cm em sacola plástica. (CUPRESSUS MACROCARPA)	UN	100	R\$ 104,65	R\$ 10.465,00
624967	11	Muda de Canafístula - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (PELTOPHORUM DUBIUM)	UN	100	R\$ 10,67	R\$ 1.067,00
610352	12	Muda de Jacaranda Mimoso - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm.	UN	100	R\$ 19,16	R\$ 1.916,00
-	13	Muda de Jequitibá Rosa - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (CARINIANA LEGALIS (MART.)KUNTZE)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00

624838	14	Muda de Mulungu Coral - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (ERYTHRINA VERNA)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
-	15	Muda de Paineira Rosa/ Bomba D'água - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (CHORISIA SPECIOSA)	UN	100	R\$ 12,35	R\$ 1.235,00
-	16	Muda de Sobrasil - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (GRANDULOSA PERKINS)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
-	17	Muda de Noivinha - mudas com altura mínima de 1,5 mt em sacola plástica de 12x15 cm. (LEUCOCEPHALA)	UN	200	R\$ 87,50	R\$ 17.500,00
610359	18	Muda de Tibouchina Granulosa - mudas com 1,5 metros de altura. (QUARESMEIRA)	UN	300	R\$ 25,83	R\$ 7.749,00
-	19	Muda de Salvia Vermelha - mudas com altura mínima de 30 cm.	UN	500	R\$ 4,21	R\$ 2.105,00
-	20	Muda de Dracena vermelha - mudas com altura mínima de 70 cm em sacola plástica. (CORDYLINE TERMINALIS)	UN	200	R\$ 38,15	R\$ 7.630,00
610218	21	Muda de Gerânio pendente - Mudas com mínimo de 30 cm de altura em sacola plástica. (PELARGONIUM)	UN	200	R\$ 12,46	R\$ 2.492,00

626729	22	Mudas de Cinerária Marítima - Mudas com altura mínima de 10 cm em sacola plástica. (SENECIO DOUGLAS II)	UN	100	R\$ 13,72	R\$ 1.372,00
-	23	Muda de Maranta Cinza - mudas com mínimo de 30 a 35 cm em sacola plastica. (CTENANTHE SETOSA)	UN	500	R\$ 13,28	R\$ 6.640,00
624632	24	Muda de Lírio Amarelo - mudas com mínimo de 30 cm em sacola plastica. (HEMIROCALLIS FLAVA)	UN	500	R\$ 4,92	R\$ 2.460,00
609143	25	Muda de Agapanto Azul - mudas com mínimo de 25 cm em sacola plástica. (AGAPANTHUS AFRICANUS)	UN	600	R\$ 7,00	R\$ 4.200,00
609143	26	Muda de Agapanto Branco - mudas com mínimo de 25 cm em sacola plástica. (AGAPANTHUS AFRICANUS)	UN	600	R\$ 6,14	R\$ 3.684,00
-	27	Muda de Quaresminha - mudas com mínimo de 30 cm em sacola plástica. (TIBOUCHINAA HETEROMALLA)	UN	300	R\$ 31,36	R\$ 9.408,00
249017	28	Adubo NPK 10 10 10 Macronutrientes - granulado, contendo os elementos macronutrientes; (N) Nitrogênio 10%, (P) Fósforo 10%, (K) Potássio 10%.	Sc 25 kg	110	R\$ 260,94	R\$ 28.703,40
-	29	Adubo 10 10 10 Micronuentes Granulado	Pct 1 kg	210	R\$ 40,95	R\$ 8.599,50

452053	30	Adubo NPK 04 14 08 para floração granulado, contendo os elementos macronutrientes (N,P,K) e Zinco NPK	Sc 50 kg	110	R\$ 258,00	R\$28.380,00
-	31	Casca de Pinus - Ornamental, polida, tamanho médio, saco mínimo 4 kg.	Sc 4 kg	150	R\$ 39,97	R\$ 5.995,50
603666	32	Argila Expandida - Sacos 50 litros com 20 kg, bolinhas de cerâmica leves e arredondadas, densidade aparente, enchimento leve rígido com nata de cimento.	Sc 20 Kg	100	R\$ 81,59	R\$ 8.159,00
-	33	Herbicidas Folha Estreita - Galão de 05 L	GL 05 L	120	R\$ 574,97	R\$ 68.996,40
-	34	Herbicidas Folhas Largas - Galão de 20 L	GL 20 L	30	R\$ 568,00	R\$ 17.040,00,
263401	35	Vaso de Concreto - Vaso grande redondo com dimensões mínimas de 50 cm de base, 50 cm de altura e 80 cm de boca.	UN	50	R\$ 223,33	R\$ 11.166,50
603670	36	Limitador de Grama - Em material polipropileno na cor verde, com mínimo de proteção UV, borda superior e com largura mínima de 11 cm	MT	500	R\$ 4,24	R\$ 2.120,00
-	37	Jardineira Retangular - Jardineira grande em polietileno com dimensões de 30 cm de altura e 60/80 cm de comprimento	UN	50	R\$ 179,97	R\$ 8.998,50

627124	38	Vaso Polietileno - Vaso grande redondo com dimensões mínimas de 50 cm de base, 50 cm de altura e 80 cm de boca.	UN	50	R\$ 260,10	R\$ 13.005,00
-	39	Rafia de Solo - Rolo com 50 metros	Rolo 50 mts	20	R\$ 284,35	R\$ 5.687,00
218025	40	Grama Esmeralda (ZOYSIA JAPONICA) . Em placas ou rolos, de cor uniforme, sem ervas daninhas, pragas ou doenças, com no mínimo 90% de cobertura vegetal e torrão íntegro e compacto.	mts	8.000	R\$ 9,39	R\$ 75.120,00
-	41	Moreia - Mudras de mínimo 15 cm de altura em sacola plástica.	Un	500	R\$ 6,73	R\$ 3.365,00
-	42	Bromélias, mudas de mínimo 20 cm, que se adaptem a sombra, plantadas em saco plástico	Un	500	R\$ 37,45	R\$ 18.725,00
-	43	Bromelias, mudas mínimo de 20 cm, que se adaptem ao sol, plantadas em saco plástico	Un	500	R\$ 38,50	R\$ 19.250,00
-	44	Samambaia de Metro, espécie Chorona, em cuja reforçado, mais alça para pendurar, em estado sadio e bem embalada.	Un	100	R\$ 54,80	R\$ 5.480,00
625827	45	Mudas de Guaimbé (PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM) mudas com altura mínima de 20 a 40 cm plantadas em sacola plástica.	Un	100	R\$ 16,05	R\$1.605,00
-	46	Tibouchina Heteromalla (ORELHA DE ONÇA) mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica.	Un	100	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00

626536	47	Mudas de Palmeira Sagu (CYCAS CIRCINALIS) mudas com aproximadamente 1,00 mt de altura e 0,35 mt diâmetro de torrão	Un	100	R\$ 167,50	R\$16.750,00
-	48	VENENO PARA MATAR FORMIGAS, isca formicida, veneno para formiga cortadeira, em formato granulado. Embalagem com aproximadamente 50 gramas.	pct	1000	R\$ 5,23	R\$ 5.230,00
					TOTAL	R\$ 468.814,80

TABELAS POR SECRETARIAS

▪ Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

CAT MAT	Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade fornec.	Quant. Máx.	Valor unitário Média (R\$)	Valor média total (R\$)
619105	1	Muda de Abacaxi Roxo - mudas com altura mínima de 10cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA SPADOTHEA)	UN	600	R\$ 7,78	R\$ 4.668,00
-	2	Muda de Sálvia roxa - com altura mínima de 15 cm, em sacola plástica. (PURPLE SÁLVIA FARINÁCEA)	UN	600	R\$ 4,48	R\$ 2.688,00
609178	3	Muda de CICA - mudas com altura mínima de 50 cm em sacola plástica. (CYCAS REVOLUTA)	UN	100	R\$ 65,68	R\$ 6.568,00

610091	4	Muda de Trapoeraba Roxa - mudas com altura mínima de 15 cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA PALLIDA PURPUREA)	UN	600	R\$ 7,50	R\$ 4.500,00
-	5	Muda de lavanda - com altura mínima de 15 cm em sacola plástica .(LAVANDULA ANGUSTIFOLIA)	UN	1000	R\$ 4,18	R\$ 4.180,00
624878	6	Muda de Capim do Texas Rubro -mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (PENNISETUM SETACEUM RUBRUM)	UN	100	R\$ 13,94	R\$ 1.394,00
624878	7	Muda de Capim do Texas Verde -mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (PENNISETUM SETACEUM)	UN	100	R\$ 11,38	R\$ 1.138,00
-	8	Muda de Capim dos Pampas - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica. (CORTADERIA SELLOANA)	UN	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
602769	9	Muda de Lambari - mudas com altura mínima de 10 cm em sacola plástica. (TRADESCANTIA ZEBRINA)	UN	500	R\$ 4,16	R\$ 2.080,00
-	10	Muda de Tuia Holandesa - mudas com altura mínima de 70 cm em sacola plástica. (CUPRESSUS MACROCARPA)	UN	100	R\$ 104,65	R\$ 10.465,00

624967	11	Muda de Canafístula - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (PELTOPHORUM DUBIUM)	UN	100	R\$ 10,67	R\$ 1.067,00
610352	12	Muda de Jacaranda Mimosa - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm.	UN	100	R\$ 19,16	R\$ 1.916,00
-	13	Muda de Jequitibá Rosa - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (CARINIANA LEGALIS (MART.)KUNTZE)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
624838	14	Muda de Mulungu Coral - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (ERYTHRINA VERNA)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
-	15	Muda de Paineira Rosa/ Bomba D'água - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (CHORISIA SPECIOSA)	UN	100	R\$ 12,35	R\$ 1.235,00
-	16	Muda de Sobrasil - mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica de 12x15 cm. (GRANDULOSA PERKINS)	UN	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
-	17	Muda de Noivinha - mudas com altura mínima de 1,5 mt em sacola plástica de 12x15 cm. (LEUCOCEPHALA)	UN	200	R\$ 87,50	R\$ 17.500,00

610359	18	Muda de Tibouchina Granulosa - mudas com 1,5 metros de altura. (QUARESMEIRA)	UN	300	R\$ 25,83	R\$ 7.749,00
-	19	Muda de Salvia Vermelha - mudas com altura mínima de 30 cm.	UN	500	R\$ 4,21	R\$ 2.105,00
-	20	Muda de Dracena vermelha - mudas com altura mínima de 70 cm em sacola plástica. (CORDYLINE TERMINALIS)	UN	200	R\$ 38,15	R\$ 7.630,00
610218	21	Muda de Gerânio pendente - Mudanças com mínimo de 30 cm de altura em sacola plástica. (PELARGONIUM)	UN	200	R\$ 12,46	R\$ 2.492,00
626729	22	Mudas de Cinerária Marítima - Mudanças com altura mínima de 10 cm em sacola plástica. (SENECIO DOUGLAS II)	UN	100	R\$ 13,72	R\$ 1.372,00
-	23	Muda de Maranta Cinza - mudas com mínimo de 30 a 35 cm em sacola plástica. (CTENANTHE SETOSA)	UN	500	R\$ 13,28	R\$ 6.640,00
624632	24	Muda de Lírio Amarelo - mudas com mínimo de 30 cm em sacola plástica. (HEMIROCALLIS FLAVA)	UN	500	R\$ 4,92	R\$ 2.460,00
609143	25	Muda de Agapanto Azul - mudas com mínimo de 25 cm em sacola plástica. (AGAPANTHUS AFRICANUS)	UN	600	R\$ 7,00	R\$ 4.200,00

609143	26	Muda de Agapanto Branco - mudas com mínimo de 25 cm em sacola plástica. (AGAPANTHUS AFRICANUS)	UN	600	R\$ 6,14	R\$ 3.684,00
-	27	Muda de Quaresminha - mudas com mínimo de 30 cm em sacola plástica. (TIBOUCHINAA HETEROMALLA)	UN	300	R\$ 31,36	R\$ 9.408,00
249017	28	Adubo NPK 10 10 10 Macronutrientes - granulado, contendo os elementos macronutrientes; (N) Nitrogênio 10%, (P) Fósforo 10%, (K) Potássio 10%.	Sc 25 kg	100	R\$ 260,94	R\$ 26.094,00
-	29	Adubo 10 10 10 Micronuentes - Granulado	Pct 1 kg	200	R\$ 40,95	R\$ 8.190,00
452053	30	Adubo NPK 04 14 08 para floração - granulado, contendo os elementos macronutrientes (N,P,K) e Zinco NPK	Sc 50 kg	100	R\$ 258,00	R\$ 25.800,00
-	31	Casca de Pinus - Ornamental, polida, tamanho médio, saco mínimo 4 kg.	Sc 4 kg	150	R\$ 39,97	R\$ 5.995,50
603666	32	Argila Expandida - Sacos 50 litros com 20 kg, bolinhas de cerâmica leves e arredondadas, densidade aparente, enchimento leve rígido com nata de cimento.	Sc 20 Kg	100	R\$ 81,59	R\$ 8.159,00
-	33	Herbicidas Folha Estreita - Galão de 05 L	GL 05 L	120	R\$ 574,97	R\$ 68.996,40
-	34	Herbicidas Folhas Largas - Galão de 20 L	GL 20 L	30	R\$ 568,00	R\$ 17.040,00

263401	35	Vaso de Concreto - Vaso grande redondo com dimensões mínimas de 50 cm de base, 50 cm de altura e 80 cm de boca.	UN	50	R\$ 223,33	R\$ 11.166,50
603670	36	Limitador de Grama - Em material polipropileno na cor verde, com mínimo de proteção UV, borda superior e com largura mínima de 11 cm	MT	500	R\$ 4,24	R\$ 2.120,00
-	37	Jardineira Retangular - Jardineira grande em polietileno com dimensões de 30 cm de altura e 60/80 cm de comprimento	UN	50	R\$ 179,97	R\$ 8.998,50
627124	38	Vaso Polietileno - Vaso grande redondo com dimensões mínimas de 50 cm de base, 50 cm de altura e 80 cm de boca.	UN	50	R\$ 260,10	R\$ 13.005,00
-	39	Rafia de Solo - Rolo com 50 metros	Rolo 50 mts	20	R\$ 284,35	R\$ 5.687,00
218025	40	Grama Esmeralda (ZOYSIA JAPONICA) . Em placas ou rolos, de cor uniforme, sem ervas daninhas, pragas ou doenças, com no mínimo 90% de cobertura vegetal e torrão íntegro e compacto.	mts	6.000	R\$ 9,39	R\$ 56.340,00

-	41	Moreia - Mudas de mínimo 15 cm de altura em sacola plástica.	Un	500	R\$ 6,73	R\$ 3.365,00
-	42	Bromélias, mudas de mínimo 20 cm, que se adaptem a sombra, plantadas em saco plástico	Un	500	R\$ 37,45	R\$ 18.725,00
-	43	Bromelias, mudas mínimo de 20 cm, que se adaptem ao sol, plantadas em saco plástico	Un	500	R\$ 38,50	R\$ 19.250,00
625827	45	Mudas de Guaimbé (PHILODENDRON BIPINNATIFIDUM) mudas com altura mínima de 20 a 40 cm plantadas em sacola plástica.	Un	100	R\$ 16,05	R\$1.605,00
-	46	Tibouchina Heteromalla (ORELHA DE ONÇA) mudas com altura mínima de 30 cm em sacola plástica.	Un	100	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
626536	47	Mudas de Palmeira Sagu (CYCAS CIRCINALIS) mudas com aproximadamente 1,00 mt de altura e 0,35 mt diâmetro de torrão	Un	100	R\$ 167,50	R\$16.750,00
-	48	VENENO PARA MATAR FORMIGAS, isca formicida, veneno para formiga cortadeira, em formato granulado. Embalagem com aproximadamente 500 gramas.	pct	1000	R\$ 5,23	R\$ 5.230,00
					TOTAL	R\$ 438.955,90

▪ **Secretaria de Cultura e Turismo**

CAT MAT	Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade fornec.	Quant. Máx.	Valor unitário Média (R\$)	Valor média total (R\$)
------------	------	---	-----------------	----------------	-------------------------------	----------------------------

-	44	Samambaia de Metro, espécie Chorona, em cuia reforçado, mais alça para pendurar, em estado sadio e bem embalada.	Un	100	R\$ 54,80	R\$ 5.480,00
					TOTAL	R\$ 5.480,00

▪ **Secretaria de Meio Ambiente**

CAT MAT	Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade fornec.	Quant. Máx.	Valor unitário Média (R\$)	Valor média total (R\$)
249017	28	Adubo NPK 10 10 10 Macronutrientes granulado, contendo os elementos macronutrientes; (N) Nitrogênio 10%, (P) Fósforo 10%, (K) Potássio 10%.	Sc 25 kg	10	R\$ 260,94	R\$ 2.609,40
-	29	Adubo 10 10 10 Micronuentes Granulado	Pct 1 kg	10	R\$ 40,95	R\$ 409,50
542053	30	Adubo NPK 04 14 08 para floração granulado, contendo os elementos macronutrientes (N,P,K) e Zinco NPK	Sc 50 kg	10	R\$ 258,00	R\$ 2.580,00
					TOTAL	R\$ 5.598,90

▪ **Secretaria de Esportes e Juventude**

CAT MAT	Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Unidade fornec.	Quant. Máx.	Valor unitário Média (R\$)	Valor média total (R\$)
218025	40	Grama Esmeralda (ZOYSIA JAPONICA) . Em placas ou rolos, de cor uniforme, sem ervas daninhas, pragas ou doenças, com no mínimo 90% de cobertura vegetal e torrão íntegro e compacto.	mts	2.000	R\$ 9,39	R\$ 18.780,00
					TOTAL	R\$ 18.780,00

OBSERVAÇÕES:

- As tabelas divididas por Secretarias possuem fins exclusivamente orçamentários e de controle de empenho. A licitação ocorrerá por item individualizado (1 a 48), podendo o fornecedor sagrar-se vencedor de quantos itens lhe forem convenientes, independentemente da Secretaria solicitante.
- Ausência de código CAT MAT em alguns itens pois não foi possível encontrar nas pesquisas feitas para os mesmos.
- Ausência de algumas cotações nas pesquisas de preços pois no Pannel de Preços e PNCP não foi possível encontrar contratos atualizados referentes a esses itens bem como alguns não obtivemos retorno no orçamento pedido a fornecedores.
- Foram consultados 03 (três) Fornecedores locais para orçamento direto, onde obteve-se resultado com apenas dois deles para consulta de preços, um fornecedor para mudas e um fornecedor para herbicidas, do terceiro não obteve-se resposta.
- Outras fontes utilizadas para pesquisas de preços foram PNCP e Pannel de preços com contratos vigentes de outros municípios, bem como pesquisas na internet onde se levou em consideração o preço mediano pelos itens.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

Órgão: 160 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 100 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Programa: 160100.1545100272.191 - Implantação e revitalização de ruas, avenidas, praças e áreas e verdes.
Elemento de Despesa: 44903000000
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 577

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Programa: 100100.1369500242.071 - Manutenção das atividades do departamento de turismo
Elemento de despesa: 33903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos
Ficha: 427

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão: 120 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Programa: 120100.1854200292.085 - Manut. das atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Elemento de despesa: 339030 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 458

Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes

Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Programa: 100100.1381300241.074 - Construção, Ampliação e Reformas de Quadras Poliesportivas e Estádios.
Elemento de despesa: 44903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 446

5. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1 A entrega dos produtos se dará nos locais designados pelas Secretarias participantes da Pasta, de acordo com a demanda.

5.2 **Endereço de Referência**, Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos:

5.3 **Endereço:** Av. José João Sartorio, SN, Centro, Vargem Alta - ES (Anexo ao Ginásio Municipal).

5.4 **Telefone de contato:** (28) 99951-3222

6. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento por parte da administração.

6.1.3. O fornecimento será de forma parcelada/fracionada, conforme as necessidades das Secretarias demandantes, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues no endereço apostado no item 5 deste documento.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do cumprimento nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. *Não Será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

7.2. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.*

7.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **Pregão**, na forma **Eletrônica**, que culminará com a seleção da proposta de menor preço com lance por item.

7.4. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e em observância ao Art. 34 da Lei 14.133/2021.

7.4.1. Fica retificada qualquer menção a agrupamento global ou por lotes presente em anexos anteriores, prevalecendo a disputa individualizada por item para garantir a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para cada espécie vegetal e insumo agrícola.

7.4.2. A divisão em tabelas por Secretarias (Anexos #36 e #37) possui caráter meramente organizacional e orçamentário para fins de empenho e fiscalização, não vinculando o julgamento das propostas ao somatório global das referidas tabelas.

7.5 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.5.1. Habilitação Jurídica

() Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

(x) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(x) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

(x) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

() Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

(x) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(x) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

() Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

() Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

(x) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

() Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

(x) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

(x) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

(x) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

(x) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

(x) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(x) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.5.3. Qualificação econômico-financeira

(x) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

(x) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

() Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

A exigência de demonstrações contábeis e de índices financeiros não se mostra adequada nem proporcional em licitações destinadas à aquisição de bens comuns, por se tratar de objeto de baixa complexidade técnica e reduzido risco de execução, entende-se que tal previsão restringe indevidamente a competitividade e não guarda pertinência com o objeto licitado.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7.5.4. Qualificação técnica

Exigências de qualificação técnica:

Para Herbicidas:

- Apresentação de registro no Mapa, à saber:

ITEM	DESCRIÇÃO
33	Herbicidas Folha Estreita - Galão de 05 L
34	Herbicidas Folhas Largas - Galão de 20 L

- Cadastro Técnico Federal da empresa fornecedora para atividades potencialmente poluidoras (CTF/APP) do Ibama.
- Anexar Bula do Herbicida junto a embalagem para fins de comprovação de registro na Anvisa.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

() A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

() A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

() A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

() O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

() A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

() Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

1. ata de fundação;
2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Paulo Ricardo Barbosa

Nº matrícula: 010716

Função/ Cargo: Chefe de Departamento de Obras

Lotação: Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Paulo Sergio Alves da Silva

Nº matrícula: 010718

Função/cargo: Chefe de Departamento de Serviços Urbanos

Lotação: Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: João Henrique Bastianello Fávero

Nº matrícula: 011152

Função/cargo: Chefe de Departamento
Lotação: Secretaria de Turismo e Cultura

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Cristiane das Graças Demartini Viana
Nº matrícula: 010729
Função/cargo: Subsecretária Municipal
Lotação: Secretaria de Turismo e Cultura

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Robson Yaksan Ferreira Ho
Nº matrícula: 010962
Função/cargo: Fiscal Ambiental
Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Amarildo França Belo
Nº matrícula: 010927
Função/cargo: Oficial Administrativo
Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Paulo Sérgio Sartori
Nº matrícula: 011167
Função/cargo: Subsecretário Municipal
Lotação: Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Luciano Márcio Procópio
Nº matrícula: 011172
Função/cargo: Chefe de Departamento
Lotação: Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

8.1 O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão executados por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/21.

8.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Ao solicitar o fornecimento desses produtos, as empresas fornecedoras devem estar aptas a apresentar, dependendo do tipo de produto:

- **Para Herbicidas:** Todos os produtos devem estar em conformidade com as normas de segurança e regulamentações aplicáveis da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), incluindo certificações de qualidade e segurança.
- A empresa deve atender às exigências ambientais para a comercialização e uso de Herbicidas, conforme a Lei nº 6.938/1981 e normas da IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Critérios de Aceitabilidade Físico-Técnica

1. **Insumos Agrícolas:** Verificação de que os produtos estão em suas embalagens originais, lacradas, com a composição correta e com validade mínima de 12 (doze) meses na data de entrega.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: 05 dias úteis

Prazo de recebimento definitivo dos bens: 15 dias corridos

Prazo de liquidação do documento fiscal: 15 dias corridos

Prazo de pagamento: 30 dias corridos

11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

11.1 Obriga-se a Administração/Contratante:

11.1. comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto entregue/executado;

11.2. efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

11.3. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.4. rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

11.5. observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.7. prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

11.8. demais condições constantes do edital de licitação.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12. Obriga-se a empresa vencedora:

12.1. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência Contratual, limitada ao quantitativo de cada item;

12.2. ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

12.3. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

12.4. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

12.5. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto.

12.6. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

12.7. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem previa autorização da contratante;

12.8. manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

12.9. a estender aos contratos, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

12.10. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

12.11. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

12.12. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

12.13. manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Da vedação à participação de Cooperativas e Consórcios

13.1.2 Responsabilidade Solidária e Execução Direta: A participação em consórcios tende a dificultar a fiscalização, o acompanhamento da execução contratual e a responsabilização objetiva pela prestação dos serviços e fornecimento dos materiais. Considerando que o objeto requer execução direta, personalizada e padronizada, a fragmentação entre diferentes empresas consorciadas pode acarretar riscos à homogeneidade, à padronização estética e à identidade visual exigida.

13.1.3 Risco de Fragilidade Jurídica: A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 14.133/2021, impõe à Administração o dever de selecionar propostas mais vantajosas, assegurando a responsabilidade plena da contratada. A contratação de cooperativas pode gerar insegurança jurídica quanto ao vínculo empregatício e às obrigações trabalhistas, além de eventuais limitações de responsabilização por eventuais defeitos ou inconformidades.

13.1.4 Riscos à concorrência e transparência: A participação de cooperativas ou consórcios em licitações pode, em alguns casos, gerar distorções no processo competitivo. Por exemplo, a concentração de poder ou de contratos em um grupo de cooperados pode resultar em práticas de mercado que afetem negativamente a concorrência ou a transparência do processo licitatório. Além disso, os consórcios podem atuar com objetivos distintos dos de empresas individualmente estabelecidas no mercado, o que pode afetar a clareza dos preços e das condições oferecidas.

13.1.5 Eficiência na Gestão Contratual: A gestão contratual e a fiscalização tornam-se mais eficazes e seguras quando a execução está centralizada em uma empresa que detenha integral responsabilidade técnica, administrativa, operacional e jurídica sobre o objeto contratado.

13.2 Das disposições gerais:

13.2.1. O fornecedor contratado, após a assinatura do contrato, fica obrigados ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato.

13.2.2. A recusa da execução do objeto ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento e no contrato.

13.2.3 O fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o contrato, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do ato, prorrogável por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela parte Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.2.4. A fundamentação da contratação e a descrição da solução técnica encontram-se pormenorizadas nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), apêndice deste Termo de Referência. A pesquisa de mercado realizada para a elaboração do ETP considerou os preços praticados por, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo, garantindo o alinhamento com os valores de mercado..

13.3. Fiscalização e Garantia

13.3.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Vargem Alta, 23 de outubro de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

ANA PAULA CARDOSO DA MOTTA
OFICIAL ADMINISTRATIVO
Subsecretaria - SSEMUB - SEMUB

GESTOR RESPONSÁVEL:

ELIAS ABREU DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL
SEMUB - PM



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

A empresa , estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº , neste ato representada por , cargo, RG....., CPF....., (endereço), Telefone , vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2026 em epigrafe que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de mudas de plantas ornamentais, árvores nativas, insumos agrícolas (como substratos, adubos, corretivos, fertilizantes, entre outros) e grama tipo esmeralda (Zoysia japonica), destinados a atender às necessidades do Município de Vargem Alta/ES, conforme segue:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$
1	XX	XX	XX	XX	R\$
2	XX	XX	XX	XX	R\$
3	XX	XX	XX	XX	R\$

Informar Valor total R\$...

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de sua apresentação.

Prazo de entrega:

Dados Bancários (proposta reajustada):

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de 20__.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

ANEXO III

DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Vargem Alta, Estado do Espírito Santo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão Eletrônico Nº 006/2026, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, e nem possui quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. citado, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) O atendimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos que atendemos os requisitos de habilitação, e responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 4) Declaramos a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 6) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

- 7) Possuir compromisso com a sustentabilidade ambiental.
- 8) Dispor dos equipamentos, utensílios e pessoal adequados à plena execução do objeto licitado.
- 9) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 10) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 11) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 13) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº.....e CPF nº....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**
- 14) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

- 15) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
- 16) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao **Pregão Eletrônico n.º 006/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

.....de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

| Paço Administrativo João Bosco Dias |
CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Ao

Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Vargem Alta

Ref.: Pregão Eletrônico nº 006/2026

A empresa, inscrita no CNPJ nº, DECLARA, em atendimento ao previsto no edital do Pregão Eletrônico Nº 006/2026, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparado, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, e nem possui quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. citado, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações.

Na oportunidade, DECLARA, também, que no ano-calendário de realização dessa licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme relacionado abaixo:

Nº contrato	Contratante	Valor do contrato (R\$)
TOTAL		

*Inserir tantas linhas forem necessárias

Local de Data

Nome do representante legal:

CPF:

RG:

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026

ID CidadES: 2026.071E0700001.01.0016

Pregão Eletrônico nº XXX/2026

O Município de Vargem Alta, Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº, Centro, Vargem Alta/ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 31.723.570/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Elieser Rabello, portador da Matrícula Funcional nº 010733, doravante denominado **CONTRATANTE e**, de outro lado, a empresa , pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ-MF sob o nº....., com sede na Rua , neste ato representado(a) por.....(nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, sob o regime de empreitada menor preço por item nos termos do procedimento licitatório - processo nº 2025-KJT7G e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada no fornecimento fracionado de mudas de plantas ornamentais, árvores nativas, insumos agrícolas (como substratos, adubos, corretivos, fertilizantes, entre outros) e grama tipo esmeralda (Zoysia japonica), destinados a atender às necessidades do Município de Vargem Alta/ES, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e especificações constantes no Pregão Eletrônico nº 006/2026 e Anexos.

DESCRIÇÃO DO OBJETO.

Catmat/ Catser	Item	Especificação	Und. de Fornecimento	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Faz parte integrante deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Eletrônico nº 006/2026, completando o presente contrato para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O valor do presente contrato é de R\$ (.....), conforme proposta de preços.

| Paço Administrativo João Bosco Dias |

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº - Centro - Vargem Alta - Espírito Santo - Telefone: (28) 99962-6643 - CEP: 29295-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Gerência de Licitação

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

4.1 O pagamento será efetuado mediante a apresentação a Prefeitura Municipal de Vargem Alta, de documento fiscal hábil, sem emendas ou rasuras.

O documento fiscal, depois de conferido e visado, será encaminhado para processamento e pagamento pelo prazo de até 30 (trinta) dias, havendo disponibilidade financeira.

4.2 Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.

4.3 A Prefeitura Municipal de Vargem Alta poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

4.4 A Administração não está obrigada a contratar todo quantitativo de serviços/materiais neste contrato.

4.5 Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

4.6 A **CONTRATADA**, por ocasião do pagamento, deverá apresentar as documentações descritas abaixo:

1. Certidão negativa de Débito com as Receitas Federal, Estadual e Municipal (sede da empresa);
2. Certidão Negativa de Débitos com o FGTS;
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.7 O preço somente poderá ser reajustado, caso houver variação efetiva do custo de produção admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, respeitada as disposições legais vigentes.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

5.1 Visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, os preços poderão ser revistos nas seguintes hipóteses.

- a) Alteração da política econômica do país, que resulta reflexos nos preços ajustados;
- b) Em decorrência de eventual aumento ou redução dos /preços praticados no mercado;
- c) Por força de situações imprevisíveis que produzam nos preços de mercado;
- d) Por outras hipóteses que sejam devidamente comprovadas e inviabilidade de praticar o preço ofertado, desde que devidamente aceitos pela Administração.

5.2 A revisão que trata este item poderá ser precedida de fundamentação jurídica e econômico-financeira, após análise de elementos materiais que sustentem a necessidade de revisão.

5.3 Quando o preço apurado em ata, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço, praticado no mercado, caberá a Administração;

- a) Convocar o Contrato visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4 Os fatos decorrentes de situação imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço ofertado, deverão estar devidamente comprovados no processo, sob pena de obstaculizar a alteração de preço pretendida.

5.5 A fixação de novo preço deverá ser consignada em termos aditivos com as justificativas cabíveis, observada a

anuência entre as partes.

5.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.7 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCAE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.8 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.9 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.10 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.11 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.13 O reajuste será realizado por apostilamento.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1 Os bens, objeto deste contrato, deverão ser entregues após solicitação do setor de compras, após solicitação, em única parcela ou conforme solicitado, no local indicado:

Endereço de Referência: Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos:

Endereço: Av. José João Sartorio, SN, Centro, Vargem Alta - ES (Anexo ao Ginásio Municipal).

Telefone de contato: (28) 99951-3222

6.2 Os objetos/serviços deverão ser entregues/realizados no **prazo máximo de 10 (dez) dias** contados da emissão da ordem de fornecimento/ordem de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os prazos de que tratam o item 6.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

6.3 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e funcionamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6 Os bens/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e funcionalidade;

6.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto/serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de a verificação a que se refere o item 6.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8 É de responsabilidade da Contratada, devendo ser executado às suas expensas, todo e qualquer procedimento

de fornecimento, inclusive o transporte para entrega do material solicitado quando necessário.

6.9 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do bem fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

Órgão: 160 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 100 - SECRETARIA DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
Programa: 160100.1545100272.191 - Implantação e revitalização de ruas, avenidas, praças e áreas e verdes.
Elemento de Despesa: 44903000000
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 577

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Programa: 100100.1369500242.071 - Manutenção das atividades do departamento de turismo
Elemento de despesa: 33903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos
Ficha: 427

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Órgão: 120 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Programa: 120100.1854200292.085 - Manut. das atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Elemento de despesa: 339030 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 458

Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

Órgão: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Unidade: 100 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes
Programa: 100100.1381300241.074 - Construção, Ampliação e Reformas de Quadras Poliesportivas e Estádios.
Elemento de despesa: 44903000000 - Material de consumo
Fonte de Recurso: 150000009999
Ficha: 446

7.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS [105 da Lei nº 14.133/21.](#)

8.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

8.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

8.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

8.6 O prazo e as condições para entrega ou/execução dos serviços se dará conforme discriminado no anexo I do edital.

8.7 Este contrato terá início com sua assinatura e término em XX/XX/XXXX, independentemente de seu integral cumprimento.

9 - CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Não será permitida a subcontratação das aquisições decorrentes deste contrato, bem como, qualquer faturamento por parte de terceiros;

9.2 - É vedado caucionar ou utilizar o termo de contrato para qualquer operação financeira;

9.3 - Cabe à contratada responsabilizar-se pelo fornecimento/execução do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;

9.4 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.5 Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.6 - Será recusado qualquer bem deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;

9.7 - Em hipótese alguma será aceito objeto recondicionado, remanufaturado, reciclado, ou com alguma característica que venha a comprometer o seu uso e utilização pela Administração;

9.8 Estender aos contratos, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.9 - Utilizar pessoal devidamente registrado, recolher todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros inerentes, resultantes da execução do presente Contrato, sendo que a inadimplência de tais obrigações, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar objeto do Contrato, assim como tomar todas as medidas necessárias para a segurança de seus empregados e de terceiros;

9.10 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos ou serviços em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus à contratante;

9.11 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal;

9.12 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, instalação, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

9.14 Manter, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

9.15 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

9.16 Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

9.17 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

9.18 Ao solicitar o fornecimento desses produtos, as empresas fornecedoras devem estar aptas a apresentar, dependendo do tipo de produto:

- **Para Plantas, Mudas, Árvores e Grama:** Apresentação da **Permissão de Trânsito de Vegetais (PTV)**, garantindo a sanidade vegetal, fundamental para evitar a disseminação de pragas e doenças, em conformidade com a legislação federal vigente (MAPA).
- **Para Adubos, Fertilizantes e Substratos:** Apresentação do **número de registro no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)**, confirmando a qualidade, a composição e a legalidade do produto.
- **Para Herbicidas e Agrotóxicos (se for o caso):** Comprovação do **Registro no MAPA, ANVISA e IBAMA**, e a exigência de que a venda seja acompanhada da **Receita Agronômica** emitida por profissional habilitado, garantindo o uso legal e seguro.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, a licitante ou contratada que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.1 A licitante ou a contratada ficará sujeita as penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, que serão aplicadas a exclusivo critério da Administração, quantificados os danos ao município.

10.1.2 No tocante à multa esta será imposta conforme descrito nos subitens seguintes, resguardado o contraditório e a ampla defesa:

10.1.2.1 Pela infração prevista na alínea “a” do item 10.1, será aplicada:

10.1.2.1.1 Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 90% e menor que 100%;

10.1.2.1.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 80% e menor que 90%;

10.1.2.1.3 Multa compensatória de 15% (quinze por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 70% e menor que 80%;

10.1.2.1.4 Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor contratado para contratos com execução maior que 60% e menor que 70%;

10.1.2.2 Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado para contratos com execução menor que 60%.

10.1.2.3 Pela infração prevista na alínea “b” do item 10.1, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

10.1.2.4 Pela infração prevista na alínea “c” do item 10.1, será aplicada multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor contratado;

10.1.2.5 Pela infração prevista na alínea “f” do item 10.1, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado;

10.1.2.6 Pela infração prevista na alínea “g” do item 10.1, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor contratado por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

10.1.2.7 Pela infração prevista nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor contratado.

10.1.3 Os valores das multas serão sempre atualizados até o mês da aplicação das mesmas utilizando IPCA-E como índice das penalidades previstas.

10.1.4 As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à contratada serão deduzidas dos pagamentos efetuados.

10.1.5 Não havendo pagamento a fazer à Contratada, serão as multas e outros débitos descontados na garantia prestada para a execução do contrato. Caso o valor da garantia não seja suficiente para o devido pagamento, a dívida restante será inscrita na Dívida Ativa para cobrança executiva, ficando a empresa suspensa de participar de quaisquer outras licitações promovidas pela Prefeitura enquanto não quitada a dívida.

10.1.6 Em caso de revisão unilateral do contrato por culpa da contratada, nas hipóteses previstas nos incisos I a X do Art. 155 da Lei 14.133/2021, poderá a contratada em benefício da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, a garantia prestada, sem direito a reclamação ou qualquer indenização e sem prejuízo das demais penalidades, inclusive as multas previstas neste edital.

10.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.3 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência de infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.5 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME](#)

10.7 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.8 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido

a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.9 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO ([art. 92, XIX](#))

11.1 11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.3.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

12.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 Efetuar a CONTRATADA o pagamento do preço ajustado na Cláusula Quarta e nos termos ali estabelecidos.

12.1.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

12.1.3 O presente Contrato será publicado no Órgão Oficial do Município, Portal da Transparência e no Portal Nacional de Compras Públicas, e outros órgãos da imprensa oficial.

12.1.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

12.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

12.1.8 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido/realização do serviço, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.1.9 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

12.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com

terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 – CLÁSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Paulo Ricardo Barbosa
Nº matrícula: 010716
Função/ Cargo: Chefe de Departamento de Obras
Lotação: Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Paulo Sergio Alves da Silva
Nº matrícula: 010718
Função/cargo: Chefe de Departamento de Serviços Urbanos
Lotação: Secretaria de Obras, Desenvolvimento e Serviços Urbanos

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: João Henrique Bastianello Fávero
Nº matrícula: 011152
Função/cargo: Chefe de Departamento
Lotação: Secretaria de Turismo e Cultura

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Cristiane das Graças Demartini Viana
Nº matrícula: 010729
Função/cargo: Subsecretária Municipal
Lotação: Secretaria de Turismo e Cultura

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Robson Yaksan Ferreira Ho
Nº matrícula: 010962
Função/cargo: Fiscal Ambiental
Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Amarildo França Belo
Nº matrícula: 010927
Função/cargo: Oficial Administrativo
Lotação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE:

Fiscal Titular:

Nome do servidor: Paulo Sérgio Sartori
Nº matrícula: 011167
Função/cargo: Subsecretário Municipal
Lotação: Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

Fiscal Suplente:

Nome do servidor: Luciano Márcio Procópio
Nº matrícula: 011172
Função/cargo: Chefe de Departamento
Lotação: Secretaria Municipal de Esportes e Juventude

13.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Art. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 O fiscal administrativo deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 Lei nº 14.133/2021.

13.4 A fiscalização administrativa da execução abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.4.1 Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

13.4.2 Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

13.4.3 Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o Art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

13.4.4 Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

13.4.5 Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

13.4.6 Zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas do contrato, com vista a compor o processo e servir como documento para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras;

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII)

14.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 14.133/21.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração

ou de aceitação expressa.

16.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Vargem Alta - ES, ... de..... de 20____

Contratante

Contratada



MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS
- SEMUB

ANEXO VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP - tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e a razoabilidade da contratação pública, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência ou o Projeto Básico.

ETP Nº. 012/2025

Data da Elaboração: 09/05/2025

Secretaria/servidor responsável:

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS URBANOS**
– Marcos Vinicio Ribeiro - Subsecretário Municipal

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente ETP formaliza a necessidade imprescindível do Município de Vargem Alta, através da Secretaria de Obras (SEMUB), de realizar a aquisição futura e eventual de mudas de plantas, grama e insumos de paisagismo, utilizando a capacidade da equipe interna já qualificada para plantio e manejo. A contratação se justifica como solução para problemas urbanos críticos, combatendo a degradação estética de praças e logradouros, promovendo a melhoria do microclima e da qualidade de vida da população por meio do aumento de áreas verdes, e garantindo a manutenção contínua e a valorização do patrimônio público, sendo a aquisição de materiais de qualidade a única forma de manter a ordem urbana e o bem-estar social de maneira eficiente e duradoura.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a adequada execução dos serviços de paisagismo a empresa contratada deverá comprovar habilitação jurídica mediante apresentação dos documentos constitutivos, regularidade fiscal, qualificação técnica demonstrada por experiência anterior em fornecimentos de plantas ornamentais e insumos agrícolas para áreas públicas ou de grande porte, além de qualificação econômico financeira atestada por balanço patrimonial e certidões negativas, índices de liquidez geral (ILG) índices de solvência geral (ISG) e índice de liquidez corrente (ILC) assegurando assim a capacidade jurídica, técnica e financeira para o cumprimento das obrigações contratuais e a entrega de plantas ornamentais e insumos agrícolas de qualidade.

Além dos padrões físicos (vigor, tamanho, ausência de pragas visíveis), o fornecimento está condicionado à aceitabilidade documental obrigatória para a mitigação de riscos fitossanitários e legais, conforme a natureza do produto: Herbicidas deverão portar Registro no MAPA, ANVISA e IBAMA e ser acompanhados de Receita Agrônômica. Estes documentos são requisitos de aceitabilidade do produto, essenciais para garantir a segurança e a legalidade da aquisição pública.

A exigência dessas qualificações visa mitigar o risco de inexecução contratual e assegurar que o fornecedor possua a expertise e a solidez financeira necessárias para garantir o fornecimento de materiais perecíveis de forma contínua e com qualidade.

A exigência de padrões rigorosos é crucial, pois a qualidade dos materiais afeta diretamente o resultado final do paisagismo. O fornecimento de plantas de baixo vigor ou com doenças levaria ao retrabalho, à necessidade de reposição constante e ao desperdício de recursos públicos, frustrando os resultados estéticos e ambientais pretendidos pela SEMUB.

A entrega dos materiais deverá ocorrer no local indicado pelo município (o setor de armazenagem da SEMUB ou diretamente no local de plantio), em datas e horários previamente acordados, de acordo com as requisições (ordens de fornecimento), como se trata de material perecível e sensível, a definição clara das condições de entrega minimiza o risco de deterioração, perdas e a necessidade de descarte. A responsabilidade da contratada até a aceitação final protege o erário público de prejuízos logísticos e de qualidade.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O objeto da contratação (mudas, grama, adubos e insumos) enquadra-se na categoria de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A contratação é imprescindível para a Secretaria de Obras (SEMUB) para reverter a degradação dos espaços públicos, utilizando a mão de obra interna já capacitada, resolvendo problemas de estética urbana e promovendo a melhoria da qualidade de vida e a saúde ambiental.

A análise de Pesquisa de preços demonstra que a aquisição pelo Pregão Eletrônico com critério Menor preço por item é a solução que melhor atende ao princípio da economicidade (art.5º, VII, da Lei 14.133/2021) com base em pesquisas feitas no painel de preços, contratações similares de outros entes, pesquisa com fornecedores..., o custo para esta contratação seria muito mais elevado caso se optasse pelo critério de Dispensa, menor preço por lote ou menor preço global, pois, em alguns casos, forçaria os fornecedores a cotarem produtos em que não são especialistas ou competitivos, elevando assim o preço final do conjunto e restringindo a competitividade, e por se tratar de produtos com natureza heterogênea e compreender diferentes nichos de mercado (paisagismo, suprimentos agrícolas/químicos) a adesão a uma Ata de Registro de Preço seria inviável pois as pesquisadas não unificava todos os itens pretendidos pelo Município.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A justificativa para a contratação, via Pregão Eletrônico, para o fornecimento parcelado e sob demanda de mudas, grama e insumos de paisagismo, classificados como bens comuns, visando reverter a degradação urbana e promover o bem-estar social, utilizando a mão de obra da Secretaria de Obras (SEMUB). A solução de fornecimento fracionado é técnica e economicamente vantajosa por prevenir a perda de materiais perecíveis e assegurar o uso eficiente dos recursos. A exigência de atestados de qualificação técnica robusta para o fornecimento de insumos agrícolas e herbicidas visto a complexidade do item, alinhando a contratação, orçada em R\$ 468.814,80 e prevista no PAC 2025, com os objetivos de economicidade e sustentabilidade da gestão municipal.

A vedação à participação de consórcios justifica-se pela baixa complexidade técnica do objeto (aquisição de bens comuns), pela existência de amplo mercado fornecedor capaz de atender isoladamente às demandas da SEMUB e pelo parcelamento da solução em itens. O julgamento por Menor Preço por Item já assegura a competitividade e permite a participação de micro e pequenas empresas, tornando a formação de consórcios desnecessária e potencialmente onerosa para a fiscalização contratual e a gestão administrativa do Município.

Poderão participar deste certame todos os interessados que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às exigências de habilitação jurídica, técnica e fiscal previstas neste instrumento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades de plantas ornamentais e insumos agrícolas foi elaborada a partir de levantamentos técnicos detalhados das áreas a serem revitalizadas. Esses levantamentos consideraram a metragem dos canteiros, praças e outros logradouros, o layout de plantio proposto (com base em projetos preliminares ou demandas específicas da equipe técnica da SEMUB), a seleção de espécies vegetais adequadas às características climáticas e edáficas locais, e a densidade de plantio recomendada para cada tipo de planta. Adicionalmente, foi avaliada a necessidade de insumos (como terra vegetal, adubos, fertilizantes e materiais de jardinagem) para o plantio, nutrição e manutenção inicial, sempre em alinhamento com a capacidade de manejo da equipe municipal, garantindo a eficiente utilização dos materiais. O anexo com os quantitativos está presente no Termo de Referência.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Após consultas aos fornecedores e contratos vigentes de outros municípios para aquisição de itens similares, obtivemos o valor total estimado de R\$ 468.814,80 (quatrocentos e sessenta e oito mil oitocentos e quatorze reais e oitenta centavos)

7. PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Opta-se pelo parcelamento da solução, por se tratar de aquisição por Menor preço por item e que o parcelamento visa ampliar a competitividade, dado que o objeto engloba desde plantas vivas até produtos químicos e vasos.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes na aquisição ora pleiteada.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Sua previsão está devidamente registrada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2025, conforme exigido pela legislação vigente, sob a titularidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES E AJARDINADAS. Em virtude da capacitação da equipe interna, que já dispõe de pessoal qualificado para o manejo e plantio dos itens, e da existência de um profissional de arquitetura no quadro de colaboradores, a contratação se concentrará apenas no fornecimento de mudas e demais insumos. Adicionalmente, a despesa correspondente possui a necessária dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, sob a classificação " IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E ÁREAS VERDES".

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação do fornecimento de plantas ornamentais e insumos agrícolas para Vargem Alta visam aprimorar significativamente a qualidade de vida e a estética do município através da execução eficaz de serviços de paisagismo e arborização. Espera-se, primeiramente, o embelezamento e a revitalização de canteiros, praças e outros logradouros públicos, tornando-os espaços mais agradáveis, acolhedores e visualmente atraentes para a população e visitantes. Em segundo lugar, almeja-se o aumento da área verde urbana, contribuindo para a melhoria do microclima local, a redução da poluição do ar e sonora, e a promoção da biodiversidade. Adicionalmente, a iniciativa busca fomentar o bem-estar físico e mental dos munícipes, proporcionando espaços de lazer, convívio social e contato com a natureza. Espera-se também a valorização do patrimônio público e o fortalecimento da identidade visual do município, além de promover práticas de jardinagem e arborização sustentáveis, alinhadas com as políticas ambientais locais e regionais. Em suma, os resultados pretendidos abrangem benefícios estéticos, ambientais e sociais duradouros para Vargem Alta.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A providência a ser adotada pela administração previamente à celebração do contrato é a elaboração do Termo de Referência (TR), com base neste Estudo Técnico Preliminar, contemplando as especificações técnicas detalhadas das plantas e insumos, quantidades, prazos de entrega, critérios de aceitação e demais condições contratuais. Além do Termo de Referência, deverá ser elaborada a minuta do edital e critérios de julgamento objetivos conforme Lei 14.133/21

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Em regra, não se vislumbram impactos ambientais negativos decorrentes desta contratação. Ao contrário, espera-se que a iniciativa promova impactos ambientais positivos, como o aumento da área verde urbana, a melhoria do microclima local, a redução da poluição do ar, e a promoção da biodiversidade, contribuindo para um ambiente mais saudável e equilibrado no município.

13. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Desta forma, esta equipe/comissão de planejamento declara APTA esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar visto que esta aquisição só trará benefícios para o município e sua população com a melhoria dos espaços públicos.

Dessa forma, sugere-se como modalidade de licitação **Pregão Eletrônico**, de acordo com a Lei 14.133/2021, em regime de Menor preço por item.

MARCOS VINICIO RIBEIRO
SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO I

MAPA DE RISCO

FASE DE PLANEJAMENTO

RISCO 01:	Estimativa de preços inadequada / Orçamento Inconsistente		
PROBABILIDADE:	(x) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
IMPACTO:	() BAIXA	() MÉDIA	(x) ALTA
			PRODUTO (P X I)
			3

ID	DANO	
	Leva à contratação antieconômica (preços acima do mercado) ou à licitação fracassada/deserta (preços muito baixos), frustrando a obtenção dos insumos.	
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Elaborar o Orçamento Base com base em fontes oficiais, utilizar no mínimo três cotações de mercado válidas, e detalhar a composição de custo unitário de forma a refletir a realidade dos preços de mudas e insumos agrícolas.	Setor demandante
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL
2	Revisar e ajustar o Orçamento Base; Se necessário, realizar nova pesquisa de preços, justificando as fontes e a metodologia para resguardar o interesse público.	Setor demandante
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
3	Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de licitantes com a qualidade mínima exigida para evitar frustração indevida da competição.	Setor demandante

RISCO 02:	Especificação Técnica Inadequada ou Restritiva		
PROBABILIDADE:	(x) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
IMPACTO:	() BAIXA	() MÉDIA	(x) ALTA
			PRODUTO (P X I)
			3

ID	DANO
	Especificações erradas (por exemplo, tamanho errado da muda, espécie inadequada ao

	clima local) resultarão em produtos que não cumprem o objetivo (insucesso no plantio); Especificações excessivamente restritivas limitam indevidamente a competição.	
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Elaborar as especificações das mudas, grama e insumos com o máximo de precisão, usando o nome científico e consultando o responsável técnico da SEMUB, garantindo que as exigências sejam apenas as necessárias para o fim pretendido.	Setor demandante
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL
2	Promover ajustes nas especificações no Termo de Referência antes da publicação do edital, mediante aprovação técnica e jurídica, para ampliar a competitividade sem reduzir a qualidade exigida.	Agente de contratação/ Setor responsável

MARCOS VINICIO RIBEIRO
Subsecretário Municipal
SSEMUB - SEMUB

FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01:	Impugnações, recursos ou ações judiciais		
PROBABILIDADE:	(x) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
IMPACTO:	() BAIXA	() MÉDIA	(x) ALTA
			PRODUTO (P X I)
			3
ID	DANO		
	Atraso no processo de contratação devido a impugnações, recursos ou ações judiciais.		
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL	
1	Designação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações eventualmente necessárias.	SEMOB - PGM	
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL	
2	Seguir as recomendações provenientes de Parecer Jurídico.	Agente de Contratação	
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL	
3	Revisão e Validação Jurídica Prévia Rigorosa: Submeter o Edital, Termo de Referência (TR) e, principalmente, as minutas de Contrato ao Parecer Jurídico antes da publicação.	Agente de Contratação - PGM	

MARCOS VINICIO RIBEIRO
Subsecretário Municipal
SSEMUB - SEMUB

FASE DE GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 01:	Não cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada		
PROBABILIDADE:	(x) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
IMPACTO:	() BAIXA	() MÉDIA	(x) ALTA
			PRODUTO (P X I)
			3

ID	DANO	
	Empresa vencedora falha na execução adequada dos serviços contratados.	
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever que não ocorra o descumprimento da obrigação contratada.	FISCAL DO CONTRATO
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL
2	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.	FISCAIS DO CONTRATO
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL
3	Rescindir com a Contratada, aplicando as devidas penalidades prevista.	SEMOB
ID	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA	RESPONSÁVEL
4	Detalhar quais os critérios para a avaliação contínua da execução contratual, como indicadores de desempenho, prazos, qualidade das plantas e insumos, e forma de registro dessas avaliações.	FISCAIS DO CONTRATO
ID	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
5	Exigir comprovação de validade mínima de 12 meses e que os produtos estejam em conformidade com as normas técnicas e legais; Realizar inspeção detalhada no recebimento.	FISCAL DO CONTRATO
ID	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
6	Recusar o recebimento de produtos em desacordo; Notificar formalmente a contratada para substituição no prazo máximo de 5 dias úteis, sob pena de sanção contratual.	FISCAL DO CONTRATO

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL
SGAPM - GAPM - PMVA
assinado em 11/05/2026 14:00:18 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/05/2026 14:00:19 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CAIO ROPPE DA SILVA (AGENTE DE CONTRATAÇÕES - GLIC - SEMAD - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-P73C8S>